



[Home](#) [Tribes & campaigns](#) [News & media](#) [Act now](#) [Donate](#) [Shop](#) [About us](#)

[News & media](#) [E-mail newsletter](#) [Media centre](#) [Press releases by e-mail](#) [News archive](#)  
[News by tribe](#) [News by country](#) [Media kits](#) [Publications](#)

## Disease kills 15% of recently contacted tribe in past decade 5 January



Marubo woman & children, Javari Valley, Brazil

© Fiona Watson/Survival

15% of the recently contacted Korubo Indians in Brazil have died since the year 2000, as a result of inadequate health care.

The alert has been raised by the Brazilian NGO the Center for Indigenous Work ([Centro de Trabalho Indigenista- CTI](#)).

The Korubo are one of the tribes living in the Javari Valley indigenous territory in the western Brazilian Amazon, where outbreaks of disease, particularly Hepatitis B and D, are devastating the indigenous population.

The majority of Korubo are uncontacted. In 1996 [the Brazilian authorities contacted a small group of Korubo](#) which had split off from the main group and was living near an area invaded by outsiders. As a relatively recently contacted tribe, they are very vulnerable to outside diseases.

CTI has revealed that 8% of all the Indians of the Javari Valley have died in the last decade, as a result of health problems and suicide: an average of one death every 12 days.

Jorge Marubo of the Marubo tribe in the Javari Valley said, 'Brazilian Indians continue to be massacred by diseases ... and this must stop'.

Youths and babies are most seriously affected, and there is a desperately high infant mortality rate: almost half of the deaths in the past decade were amongst babies less than one year old.

The report says that the Indians of the Javari Valley were infected with hepatitis in the 1970s after

first contact was made between the tribes and non-Indians.

It warns that despite having been aware of the alarming health situation for at least 15 years, the Brazilian government has not acted to provide adequate health services to the Indians.

The Javari Valley is the second largest indigenous territory in Brazil. It is home to nearly 4,000 Indians, including the Kanamari, Kulina, Marubo, Matsés, Matis, Korubo and Tsohom Djapá tribes.

Several [uncontacted tribes](#) are known to live in the remote region near the Peruvian border. The uncontacted Indians are most vulnerable as they have little or no resistance to outside diseases.

[Download CTI's report \(in Portuguese, 1.3 MB pdf file\).](#)

## Combate ao Racismo Ambiental

### **GT Combate ao Racismo Ambiental**



[Home](#) [Quem é o GT Combate](#) [I Seminário](#) [II Seminário](#) [Carta de Fortaleza](#) [Fotos do II Seminário Brasileiro](#) [contra o Racismo Ambiental](#) [Textos e Artigos](#) [Cristiane Faustino](#) [“Desenvolvimento” e Desigualdades Sociais](#) [Fala de abertura do II Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental](#) [Fortalecendo argumentos e enfrentando o Racismo Ambiental: entrevista com Cris Faustino](#) [Racismo e patriarcado na sociedade de classe](#) [A reação conservadora como suplício e morte do corpo do outro](#) [Justiça à Resex da Prainha do Canto Verde, Ceará – um desafio para os últimos dias de Lula na Presidência](#) [Na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, a comunidade aguarda, ansiosa, a ação de Lula contra a as ameaças da política corrupta e do capital degradador](#) [Sentidos e rumos da participação política das mulheres na Zona Costeira – algumas notas](#) [Aborto seguro: direito das mulheres, dever do Estado](#) [Oração a Iansã](#) [Tania Pacheco](#) [Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor](#) [Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour](#) [O nome dos bois](#) [Portal do Ibase: Entrevista com Tania Pacheco](#) [Portal do Ibase – Interview: Tania Pacheco](#) [Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania](#) [Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito](#) [Jeovah Meireles: cearense, Tremembé, geógrafo, Jenipapo-Kanindé, professor, nordestino e doutor, mas, acima de tudo, um digno cidadão brasileiro](#) [Justiça à Resex da Prainha do Canto Verde, Ceará – um desafio para os últimos dias de Lula na Presidência](#) [Na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, a comunidade aguarda, ansiosa, a ação de Lula contra a as ameaças da política corrupta e do capital degradador](#) [O Mapa da injustiça ambiental e saúde e o direito à cidade, ao campo, à vida](#) [Mapa de conflitos e Racismo Ambiental: desafios para as advogadas e os advogados populares](#) [\\* Terra e Território à luz do Mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil](#) [A Defensoria Pública e o Mapa da injustiça ambiental no Brasil](#) [A 4ª Jornada Ecumênica e o Mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil](#) [Ricardo Álvares](#) [Pontinha](#) [Comunidade de Pontinha](#) [Relatórios](#)

## O espetáculo desenvolvimentista e a tragédia da mortalidade infantil indígena

Por [racismoambiental](#), *05/01/2011* 11:24

Iara Tatiana Bonin\*

Amanhece. Entre os diversos sons daquela manhã destaca-se um choro que atravessa a aldeia guarani de Itapuã. Mais uma criança nasce anunciando a vida em seu contínuo recomeço. Para alguns povos indígenas o nascimento antecipa o futuro e mostra que as divindades ainda acreditam que a existência humana vale à pena. Acolher as crianças, permitir que sejam felizes e que desejem permanecer entre os vivos é uma preocupação que, mais do que algo mítico ou ritual, se concretiza em práticas cotidianas de afeto e de atenção. Estes novos seres, que assumem a forma humana e se inserem no mundo, asseguram a continuidade e a vida na terra. Por isso mesmo as crianças são bem acolhidas e sua socialização é uma responsabilidade coletiva, da qual toma parte os pais, os avós, os líderes religiosos, enfim, uma comunidade educativa.

Na cultura ocidental contemporânea um nascimento pode adquirir diversos significados, e em geral também simboliza a esperança no futuro. Tanto é assim que, quando se projeta um mundo melhor, mais justo, mais humano, afirma-se que este é o legado a se deixar aos filhos. Acolher as crianças,

protegê-las e torná-las partícipes de um conjunto de conquistas sociais são esforços empreendidos por qualquer cultura que não vislumbra para si o extermínio. No caso brasileiro, muitas leis, tratados, estatutos e normas foram criados para regular as relações sociais e para assegurar às crianças um amplo conjunto de direitos.

Mas apesar do aparato legal voltado à proteção e ao bem estar infantil, verificamos que as estruturas econômicas e políticas não funcionam para garantir a vida em sua concretude, e sim para resguardar a existência de um modelo cuja marca mais significativa é a concentração de bens e de capitais. A situação vivida pelos povos indígenas é ainda mais grave. Logo ao nascer as crianças se deparam com circunstâncias que dificultam ou inviabilizam o próprio existir – terras invadidas e depredadas, confinamento, inadequadas condições de assistência e de proteção à saúde, proliferação de doenças, desnutrição, fome, e toda espécie de violências decorrentes das relações de intolerância e de desrespeito aos seus estilos de vida.

De nada valem, portanto, os belos discursos sobre a necessidade de proteção às crianças e as proposições em tramitação no Congresso Nacional, tal como o Projeto de Lei 1057/2007 (que propõe o combate a práticas indígenas consideradas nocivas, em especial o infanticídio) se efetivamente não se assegurarem as condições para que elas possam crescer e viver com dignidade. Vale ressaltar que a falta de terras apropriadas e de condições adequadas de vida não são tidas como “práticas nocivas” a serem extirpadas de nosso atual modelo econômico e político. O referido projeto pode ser visto como um instrumento de criminalização das comunidades indígenas e um paliativo para evitar que se enfrente o real problema: a incapacidade política do governo em demarcar as terras indígenas, a falta de ações governamentais eficazes, que possam garantir às crianças indígenas o direito à proteção, à saúde, à educação, aos recursos sociais e ambientais.

Olhando para trás, depois do longo período em que o país foi governado pelo presidente Lula, é importante indagar sobre as formas como se tem cuidado e protegido as crianças de hoje, uma vez que se pretende alcançar um lugar de destaque no futuro. O que mais se escutou, nos meses finais do governo Lula, foram discursos celebrativos, relacionados a certos avanços estruturais e econômicos. No entanto, para além da euforia que se estabeleceu em torno de supostas conquistas, é fundamental nos darmos conta de um quadro desolador que afeta muito particularmente as crianças, em diferentes povos indígenas. Desta situação pouco se tem notícias, porque tais informações são mantidas apenas nos bastidores de um espetáculo (o do suposto crescimento) que nos é apresentado com uma bela moldura desenvolvimentista.

### **Vale do Javari/AM**

A terra indígena Vale do Javari foi homologada em 2001 e possui 8,5 milhões de hectares. Nela vivem os povos Marubo, Korubo, Mayoruna, Matis, Kulina, Kanamari, além de outros em situação de isolamento e risco que, de acordo com dados da FUNAI, são cerca de 20 diferentes etnias.

Apesar das insistentes denúncias e reivindicações feitas há quase uma década pelo Conselho Indígena do Vale do Javari - CIJAVA, não há uma ação efetiva do poder público para conter as doenças que afetam diretamente a vida destas populações. A distância geográfica soma-se ao descaso, à má gestão de recursos públicos e aos desvios de verbas, conforme denuncia o Centro de Trabalho Indigenista em um relatório divulgado em dezembro de 2010.

A omissão do poder público, em especial no que tange ao atendimento de saúde, tem como consequência a morte de centenas de pessoas. Dados relativos aos últimos 11 anos indicam a ocorrência de mais de 325 óbitos resultantes de desassistência – 210 óbitos de crianças menores de 10 anos. Mais grave ainda, quase metade dessas crianças eram da etnia Kanamari e pertenciam a uma mesma comunidade. A mortalidade infantil no Vale do Javari é superior a 100 mortes para cada mil nascidos vivos, índice cinco vezes maior que a média nacional, que não chega a 23.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Vale do Javari atende uma população de cerca de quatro mil índios. E um dado avassalador registrado pelo CTI, que também se relaciona aos altos índices de mortalidade infantil, é o decréscimo da população desta área indígena, que está em torno

de 8%. Há povos que sofrem muito mais fortemente os efeitos desta situação: “proporcionalmente ao seu tamanho populacional, os Kanamary do Vale do Javari perderam 16% de sua população. Junto com os Korubo, um grupo de contato recente que perdeu 15% da sua população no período, são os povos mais afetados pela grave situação de saúde na região. Os Mayorunae Matis perderam cada 8% de sua população total, e os Marubo e Kulina, 7%” (dados divulgados pelo CTI em dezembro de 2010).

Doenças como hepatite, pneumonia, infecções respiratórias, meningite, tuberculose são responsáveis pela maioria das mortes. Além disso, malária é uma enfermidade recorrente na região, quase sempre contraída diversas vezes pela pessoa, o que desencadeia problemas orgânicos crônicos. Há ocasiões em que quase toda uma aldeia é contaminada, dificultando a busca de alimentos, o plantio, a caça e outras atividades produtivas. Este cenário de escassez alimentar, adoecimentos e perda das condições do bem viver responde pela prática de mais de 19 suicídios neste período, 15 deles cometidos por jovens Kanamari.

É forçoso reconhecer que a situação vivida pelos povos indígenas nesta região é resultado do descaso do governo brasileiro e da falta de planejamento de ações de longo prazo. O quadro de doenças e de epidemias vem sendo sistematicamente denunciado, inclusive em meios de comunicação internacionais. E, nestas circunstâncias tão dramáticas, a omissão bem poderia ser entendida como crime de genocídio, uma vez que, mesmo contando com destinação orçamentária específica (e não plenamente executada em 2010) o governo brasileiro não assegurou o provimento da atenção necessária à saúde destes povos.

### **Campinópolis/MT**

A terra indígena Parabubure, do povo Xavante, localizada a 562 km de Cuiabá, apresenta também uma taxa de mortalidade infantil alarmante. Segundo notícia do site Notícias NX, das 200 crianças nascidas no ano de 2010, 60 morreram em decorrência de doenças respiratórias, parasitárias e infecciosas, o que corresponde a 40% do total de nascimentos do período. Esta terra indígena está registrada desde 1987, mas a comunidade Xavante sofre com a falta de assistência adequada em saúde, já tendo casos de mortes por desassistência denunciadas pelo Cimi no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas de 2009.

As mais de 100 comunidades situadas na região do Médio Araguaia reclamam a falta de veículos, de medicamentos e de equipes técnicas para atender as mais de sete mil pessoas que vivem ali. A situação é precária, não há médicos, enfermeiros e nem meios de transporte para levar os doentes à cidade, conforme reportagem publicada no Diário de Cuiabá/MT, em 15/10/2010.

Tal como ocorre na terra indígena Vale do Javari, os índices de mortalidade infantil na aldeia Xavante de Campinópolis chegam a quase 100 óbitos para cada 1.000 crianças que nascem. Em outubro deste ano lideranças indígenas acamparam na sede da Funasa, protestando contra a falta de uma política adequada de atenção à saúde indígena. Apesar das diferentes formas de mobilização e de luta dos povos indígenas, no dia a dia o que eles encontram é o abandono e a omissão.

### **Mato Grosso do Sul**

O estado de Mato Grosso do Sul, que abriga uma população estimada em 40 mil Guarani-Kaiowá, é recordista em violências contra os povos indígenas, e concentrou a maioria dos assassinatos de indígenas no país em 2009: das 60 ocorrências registradas no Relatório de Violências Contra Povos Indígenas, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário, 33 foram praticadas neste estado da federação. Ali, as comunidades indígenas são obrigadas a viver em beira de estradas, são expulsas de seus acampamentos e sofrem todo tipo de abusos. Além disso, registraram-se 19 casos de suicídio no mesmo ano naquele estado, e este índice é 10 vezes superior à média nacional.

A dura realidade vivida pelos Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul está diretamente relacionada com a situação de confinamento em terras insuficientes e sem condições ambientais adequadas. Na reserva de Dourados, por exemplo, eles estão submetidos a circunstâncias desumanas e indignas,

que se revertem em doenças, em suicídios e em um alto índice de mortalidade infantil. Para se ter uma idéia da dramática situação, basta uma leitura das manchetes dos jornais da região: “Índigena de 18anos é encontra morta em aldeia de Dourados”; “Identificada indígena assassinada a pedradas”; “Adolescente indígena é assassinado a faca em Amambai”; “Índigena de14 anos comete suicídio em Sete Quedas “; “Índigena é morto com golpes de faca em Dourados”; “Índio morre com machadada no rosto após confusão em aldeia”; “Mãe de 82 anos e filha são mortas a golpes de facão”.

Como é possível construir uma vida digna e adequada para as crianças Guarani-Kaiowá, em condições tão absurdas e desumanas? A violência cotidiana, o confinamento, as condições precárias de vida aniquilam as formas tradicionais de acolhimento e de integração das crianças ao mundo social indígena. Não bastasse tudo isso, de acordo com os dados do Distrito Sanitário de Mato Grosso do Sul a mortalidade infantil nas áreas indígenas é de 41 mortes de crianças menores de cinco anos para cada 1000 nascidas vivas.

### **Jordão/AC**

Uma pesquisa realizada pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo demonstrou que a desnutrição infantil no município de Jordão, no Acre, atinge níveis muito superiores ao que se registra no restante do Brasil, e se aproxima dos estimados para a África subsaariana. A diferença é que, no caso da cidade acreana, não se trata de falta de recursos naturais ou alimentares na região, e sim das péssimas condições de vida e da desigualdade no acesso aos bens e recursos.

Esta pesquisa, realizada pelo enfermeiro Thiago Santos de Araújo, considerou um total de 478 crianças de até cinco anos de idade da zona urbana e rural. Após fazer as medições de peso e altura, ficou constatado que 35,8% delas apresentaram déficit de crescimento, principal indicador da desnutrição. O valor encontrado é alarmante,principalmente quando comparado com a média do Brasil, de 7% e da região norte, de 14,8%. “É como se tivéssemos uma realidade africana em plena floresta amazônica,mostrando que a riqueza natural lá encontrada não consegue superar as condições sociais que influenciam na determinação desse problema”□, pondera o autor do estudo.Crianças indígenas apresentaram os maiores índices de desnutrição, quase 60%.

### **As escolhas do governo brasileiro e seus efeitos**

Os casos aqui registrados, em diferentes pontos do país, mostram alguns efeitos das escolhas feitas pelo governo brasileiro, sob o comando do presidente Lula. Privilegiando interesses econômicos e políticos específicos, o governo colabora para tornar hostis as relações estabelecidas com setores sociais desfavorecidos, em especial as populações indígenas. A demarcação das terras, dever do Estado, não se tornou prioridade e muitos dos procedimentos demarcatórios se encontram paralisados. Poucas foram as terras regularizadas nos dois mandatos do presidente Lula: ele homologou apenas 88 terras, sendo que muitas delas tiveram os procedimentos iniciados em governos anteriores.

Assim, enquanto o Brasil segue uma rota supostamente segura em direção ao crescimento e à estabilidade, conforme alardeiam os discursos midiáticos e as estatística sgovernamentais, amplia-se o fosso que separa aqueles considerados dignos de viver neste “novo Brasil”□ e os que estão fadados ao abandono e à exclusão. Os povos indígenas, essas gentes consideradas residuais e desnecessárias nos discursos desenvolvimentistas, são desrespeitadas de muitas formas e tem sido condenadas a viver no “olho do furacão”□, atormentadas por intermináveis conflitos, vítimas do descaso do poder público e, não raramente, são ainda culpabilizadas pelas agressões das quais são vítimas.

As escolhas principais do presidente Lula, em quase uma década de governo, estiveram centradas num projeto que se concretizou particularmente no Plano de Aceleraçãodo Crescimento, o PAC. Não por acaso os bancos e as empreiteiras obtiveram maior lucratividade neste longo período. Nos últimos anos, além dos tradicionais conflitos envolvendo a posse e demarcação das terras indígenas, estabeleceram-se ainda outros, decorrentes das grandes obras de infra-estrutura, ou de interesses

econômicos regionais e locais que hoje encontram amparo nos discursos de progresso a qualquer custo. E o que move a desenfreada marcha desenvolvimentista é, obviamente, o interesse econômico de grandes empresas, muitas delas visceralmente ligadas a partidos políticos expressivos no cenário nacional, através de investimentos em campanhas eleitorais.

No embalo de uma onda de crescimento mundial, o Brasil soube aproveitar as oportunidades e projetar-se como um país viável, afirmam muitos analistas políticos. Não se pode dizer o mesmo, porém, dos investimentos em políticas sociais. Infelizmente, a marca deste governo neste campo é o assistencialismo, que minimiza os impactos imediatos da desigualdade, mas não configura e nem viabiliza a redistribuição efetiva dos bens ou maior equidade no acesso aos recursos culturais disponíveis.

E há um alto preço a pagar pela projeção do “desenvolvimento econômico” que, na prática, fortalece apenas os grandes capitalistas sem o devido cuidado com o âmbito social. A desregulamentação de certos setores, a fragilização das leis ambientais, o desmonte da legislação trabalhista, o desrespeito aos preceitos constitucionais, a morosidade nos processos de demarcação das terras indígenas parecem ser estratégias deliberadas, assumidas pelo governo, com consequências para a vida de centenas de pessoas, e que, portanto, não podem ser vistas como meros “efeitos colaterais”.


Ao que parece, trata-se de uma escolha e não propriamente de escassez de recursos para assegurar a vida dos povos indígenas. Vale ressaltar que em 2010 o governo liquidou apenas 64,24% do orçamento indigenista e, particularmente nas rubricas relativas à segurança alimentar e nutricional e à proteção e recuperação da Saúde Indígena, foram utilizados apenas 51,36% e 63,69% dos recursos autorizados, respectivamente.

Sejam quais forem as metas econômicas traçadas para o país, a morte de tantas crianças, pertencentes a povos tão massacrados historicamente, não pode ser considerada aceitável. E, sob nenhuma circunstância, a negligência com os direitos desses cidadãos do presente e do futuro pode encontrar amparo em uma sociedade que define a si mesma como democrática.

Tal como o nascimento, na cultura ocidental contemporânea, a morte também pode adquirir diversos significados – mas a morte que decorre da omissão do Estado não pode, de modo algum, ser esquecida. Não há como calar a voz diante do extermínio lento e gradativo dos povos indígenas.

Porto Alegre (RS), janeiro de 2011.

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

 [Racismo Ambiental](#) |  [povos indígenas, saúde e meio ambiente, território, violência](#)

## • **Últimas Notícias**

- [O cortejo do atraso](#)
- [Bancada ruralista aumenta com o reforço de novos parlamentares](#)
- [MST – Carta aberta à população](#)
- [Em 5 dias, morrem 6 índios em Mato Grosso](#)
- [‘PAC’ para combate à miséria. Uma guinada absolutamente necessária](#)
- [Perspectivas 2011: Mudanças no Código Florestal parecem longe de uma solução](#)
- [Coordenadoria da Igualdade Racial entrega projetos ao prefeito](#)
- [300 famílias ocupam mais uma fazenda em SP](#)
- [Construção de casas para quilombolas de Olhos d’Água](#)
- [Abaixo-assinado contra a remoção da Favela do Metrô](#)
- [Bolívia: Indígenas de Pando piden descentralizar Autoridad de Control de Bosques y Tierras](#)
- [Perú: Denuncian que minera canadiense explorará territorios de los awajún sin consulta previa](#)

- [MORRE MAIS UM TRABALHADOR RURAL EM ÁREA DE CONFLITO](#)
- [Governo Dilma: as esperanças para a Comissão da Verdade. Entrevista especial com Jair Krischke](#)
- [“Caso” Battisti: Eis por que estamos com Lula](#)

### **1. Atenção especial:**

Apóie a luta das Reservas Extrativistas da Prainha do Canto Verde, Ceará, e de Canavieiras, Bahia. Leia a respeito neste blog, e envie seu nome/entidade, cidade e estado para [camila@terramar.org.br](mailto:camila@terramar.org.br).

### **1. Categorias**

- [Análise da conjuntura](#) (4)
- [Artigo](#) (40)
- [Comunidades tradicionais](#) (161)
- [Cultura](#) (6)
- [Direito ao Conhecimento](#) (1)
- [Direitos humanos](#) (332)
- [Geral](#) (390)
- [homenagem](#) (8)
- [Justiça](#) (16)
- [Manifestos](#) (79)
- [Mídia e Poder](#) (73)
- [Movimentos Sociais](#) (9)
- [Racismo](#) (216)
- [Racismo Ambiental](#) (1214)
- [Reforma Agrária](#) (155)
- [Trabalho escravo](#) (76)



[Página Inicial](#) [Notícias](#) [Opinião](#) [Blogs](#) [Audiovisual](#) [Banco de Contato](#) [Agenda](#)  
[Políticas Públicas](#) [Meio Ambiente](#) [Economia](#) [População](#) [Instituições](#) [Legislação](#) [Ciência sobre o site](#)

# Na última década, um indígena morreu a cada 12 dias no Vale do Javari

- 22/12/2010

**Local:** São Paulo - SP

**Fonte:** Amazonia.org.br

**Link:** <http://www.amazonia.org.br>

*Segundo denúncia do Centro de Trabalho Indigenista, descaso com saúde resultou na morte de 8% da população indígena do Vale do Javari nos últimos 11 anos; situação mais crítica é dos Kanamary, que perderam 16% da sua população total*

## **Aldrey Riechel**

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) divulgou ontem (21) mais um relatório que tenta sensibilizar as autoridades e a população para as mortes que ocorrem na Terra Indígena do Vale do Javari, no Amazonas, causadas pelo descaso do poder público. Nos últimos 11 anos - de 2000 a 2010 - foram registrados pelo menos 325 óbitos, o equivalente a 8% da população total da terra indígena, por problemas de saúde e suicídio. A média é de uma morte a cada 12 dias.

A situação afeta principalmente crianças e jovens, principalmente pela ocorrência de epidemias de hepatite B e D. Os casos mais graves são dos índios Kanamary, do rio Itacoaí, que possuem altas taxas de mortalidade infantil, filária e suicídios, e dos Mayoruna, com altas taxas de portadores crônicos de hepatite B.

Praticamente a metade de todos esses 325 óbitos (46%) foi de crianças com menos de 1 ano de idade. 152 bebês morreram nesse período, seguido pelo óbito de 58 crianças de 1 a 10 anos (18 % do total) e de 41 jovens com 11 a 25 anos (13 % do total). 70% das mortes causadas por hepatite são de jovens de menos de 25 anos de idade. Além disso, em 2008 houve duas mortes de criança causada por meningite.

Cerca de 40% das mortes registradas nesse período foram de pessoas do povo Kanamary. Proporcionalmente ao seu tamanho populacional, os Kanamary do Vale do Javari perderam 16% da sua população total. Junto com os Korubo, um grupo de contato recente que perdeu 15 % da sua população no período, são os povos mais afetados pela situação de saúde na região.

## **Problema antigo**

Um relatório do Ministério Público Federal (MPF) de outubro de 2008 mostra que o governo já tinha conhecimento do problema há muito tempo. "Há pelo menos quinze anos, técnicos do Ministério da Saúde comprovaram a alta prevalência de hepatites virais na população indígena do Vale do Javari, observando-se antes mesmo disso a ocorrência de óbitos atribuídos a esta causa naquela área".

Ainda segundo o relatório, "os povos indígenas do Vale do Javari foram inicialmente infectados por hepatites virais, ao que se saiba, durante a década de 1970, alguns apenas três anos após o contato interétnico com a sociedade nacional". Mesmo assim nenhuma providência foi tomada para evitar a cadeia de contágio na região.

Foram realizadas diversas reuniões para tentar conter o avanço das mortes na terra indígena, mas segundo o relatório, "as ações de saúde no Vale do Javari sempre estiveram ligadas a um forte esquema de corrupção". O documento realiza um levantamento de todas as reuniões, articulações de movimentos sociais e governo e denúncias que já houveram para tentar chamar a atenção para o problema do Javari.

"Apesar de possuir taxas de mortalidade infantil similar aos países mais pobres da África, o Vale do Javari, diferentemente da África, possui muitos recursos financeiros para cuidar da saúde de sua população, mas esses recursos não estão sendo utilizados onde deveriam", explica o CTI.

A conclusão do estudo é o alto índice de morte dos povos indígenas do Vale do Javari é resultado de descaso do governo brasileiro. "A grave situação de saúde no Vale do Javari não é decorrente da ausência de recursos, é decorrente da ausência de uma equipe de gestores de saúde competentes para lidar com uma área de oito milhões de hectares, com extrema dificuldade de logística e da pressão e interveniência dos interesses políticos locais e regionais".

### **Vale do Javari**

Localizada no sudoeste da Amazônia brasileira, no estado do Amazonas, na fronteira com o Peru, a TI Vale do Javari faz parte de um corredor contínuo de mais de 24 milhões de hectares de áreas protegidas.

A Terra Indígena possui 8,5 milhões de hectares, e é a segunda maior terra indígena do Brasil. Homologada em 2001, vivem nela cerca de 4 mil indígenas dos povos Marubo, Mayoruna, Matis, Kulina e Korubo, da família lingüística Pano; e os Kanamary, da família Katukina. Além dessa população de índios contatados, existem pelo menos 27 registros de grupos indígenas isolados, sendo junto com o Acre a maior concentração de índios isolados do mundo.

Leia o [relatório do CTI sobre a situação da saúde do Vale do Javari](#)

11/12/10 - 13h49 - Atualizado em 11/12/10 - 14h24

## Índios de tribo isolada são visitados pela Funai no Amazonas

Fundação estima que 10 mil índios ainda vivam escondidos nas matas. Linguista tenta conversar com indígenas isolados de civilização.

Do G1, com informações do Jornal Hoje

Agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) visitaram os quase desconhecidos Korubos, um grupo indígena que foi contatado pela primeira vez recentemente. Atualmente, o Brasil ainda tem cerca de 10 mil índios que vivem isolados, longe de qualquer contato com o resto do mundo, segundo estimativa da Funai.

### [Veja o site do Jornal Hoje](#)

Com a ajuda de um barco, o linguista Sanderson Soares, da Funai, tentou conversar com cinco korubos que vivem escondidos na mata, afastados da civilização.

[A Funai acredita que, dos mais de 10 mil índios que ainda vivem escondidos](#) nas florestas brasileiras, alguns grupos estejam quase extintos. Dos Akunt'su, de Rondônia, por exemplo, sobraram apenas cinco pessoas. Mas o Vale do Rio Javari, na fronteira do Amazonas com o Peru, ainda preserva quatro grandes grupos isolados.

“Nessa região está a maior concentração de povos isolados do Brasil, inclusive confirmados. Pode ser a maior concentração do mundo”, diz Elias Bigio, responsável pela Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai.

Em uma floresta protegida nessa região, quase do tamanho de dois estados do Rio de Janeiro, moram mais de 8 mil índios. Metade deles vive completamente afastada da civilização.

### **Korubos**

De acordo com a Funai, os primeiros contatos com os Korubos terminaram em morte. Em 1996, depois de uma das brigas, uma parte dos Korubos fugiu da aldeia e foi morar na beira do Rio Itacoaí.

Dessa nova tribo, a Fundação conseguiu se aproximar e chegou a montar uma base no local.

Do último contato, a tribo cresceu, está cheia de crianças. A vida não mudou muito. Os homens ainda usam bordunas para se defender, zarabatanas e arcos para caçar. Só falam idioma Korubo. Quem comanda a aldeia é a temida Mayá. E é a própria cacique quem corta cabelo na tribo.

Naquela conversa à beira do rio, o linguista Sanderson contou aos cinco índios que os parentes que fugiram da tribo há 14 anos estavam bem. Os isolados disseram que se lembravam de Mayá, mas achavam que ela estava morta.

“O objetivo principal [dessa conversa] era preveni-los do risco que eles correm, porque eles aparecem todo verão nas margens dos rios e podem ser contaminados por doenças”, diz o linguista.



[Inicio](#) [Pueblos & campañas](#) [Noticias & medios](#) [Educación](#) [Actúa](#) [Colabora](#) [Tienda](#) [Quiénes somos](#)

[Noticias](#) [Noticias por pueblo](#) [Noticias por país](#) [Noticias electrónicas](#) [Sala de prensa](#) [Recibir notas de prensa](#) [Dossieres de prensa](#)

## Perú saca a la luz imágenes de un pueblo indígena no contactado 30 noviembre 2010



Un grupo de indígenas nanti de Perú.

© Survival

El Departamento de Asuntos Indígenas de Perú, Indepa, ha emitido un vídeo de miembros no contactados del pueblo indígena nanti, que vive en la remota Amazonia peruana.

Las imágenes se tomaron el año pasado durante una expedición de Indepa a la Reserva Nanti Kugapakori Nahua, en el sureste de Perú.

Aún no está claro si se estableció contacto con los indígenas, que son [extremadamente vulnerables a las enfermedades que traen los foráneos](#).

Los medios han especulado con que los nanti son un pueblo indígena “desconocido”, “nómada” o “perdido”. En realidad, se tiene buen conocimiento sobre ellos y viven en una reserva que ha sido delimitada para su protección.

Los nanti son un pueblo indígena cazador que también cultiva huertos alrededor de sus comunidades. Son unas 500 personas aproximadamente. Más o menos la mitad de ellas mantienen contactos regulares con foráneos, mientras que otras han decidido mantenerse en aislamiento voluntario.

La legislación peruana no impide a las empresas petroleras trabajar en zonas habitadas por pueblos indígenas no contactados y, a pesar de los esfuerzos del Gobierno, las madereras ilegales siguen saqueando el territorio de los indígenas aislados.

Survival ha escrito a Indepa para que ofrezcan aclaraciones sobre las circunstancias que llevaron al contacto con los nanti, y ha preguntado sobre las medidas de precaución que se tomaron para prevenir el contagio de enfermedades.

## Relacionado



Pueblo indígena

## Indígenas aislados



Video clip

## Mobil busca petróleo

### Noticias de los indígenas aislados

1. [Alianza de ONG internacionales contra gigantes del petróleo](#)  
16 noviembre 2010
2. [Un niño resulta herido en un ataque de indígenas aislados](#)  
29 octubre 2010
3. [Los indígenas exigen explicaciones por la venta de la Amazonia](#)  
27 octubre 2010

### Las historias top actuales

1. [Remeros canadienses cruzarán el Atlántico en apoyo a los indígenas](#)  
7 enero
2. [El 15% de los korubo muere en la última década](#)  
7 enero
3. [WikiLeaks: EE.UU. renovó lazos con ejército indonesio tras “amenaza”](#)  
22 diciembre
4. [Súplica desesperada de los nukak para volver a casa](#)  
21 diciembre

[Inicio](#)

[Últimos comentarios](#) [¿Quiénes somos?](#) [Contacto](#)

## **Servicios en Comunicación Intercultural Servindi**



### **SERVINDI**

- [Actualidad](#)
  - [Artículos en inglés](#)
  - [Artículos en Runasimi \(quechua\)](#)
  - [Crónica](#)
  - [Entrevistas](#)
  - [Informe especial](#)
  - [Noticias](#)
  - [Opinión](#)
- [Cultura](#)
  - [Agenda](#)
  - [Literatura](#)
- [Documentos](#)
  - [Boletines](#)
  - [Derechos Humanos](#)
  - [Derechos pueblos indígenas](#)
  - [Organizaciones indígenas](#)
  - [Otros documentos](#)
  - [Sociedad civil](#)
- [Producciones](#)
  - [Audios](#)
  - [Entrevista](#)
  - [Especiales](#)
  - [Informe](#)
  - [Nota del día](#)
  - [Radioclips](#)
  - [Resumen ashaninka](#)
  - [Resumen internacional](#)
  - [Resumen Internacional Quechua](#)
  - [Resumen Perú](#)
  - [Resumen Perú Quechua](#)
  - [Resumen quechua](#)
  - [Spots](#)
  - [Imágenes](#)
  - [Vídeos](#)
  - [Servindi Tv](#)
- [Publicaciones](#)
  - [Otros autores](#)
  - [Servindi](#)
  - [Terra Nuova](#)
- [Galeria](#)

## Amazonía: IIRSA y los pueblos indígenas aislados y vulnerables



**- El Puente Billinghurst y la Interoceánica: punto de no retorno para el genocidio y la devastación de la Amazonía**

Por Pablo Cingolani\*

“Desarrollo” y Amazonía ya no son más que un oxímoron. A medida que avanzan las políticas desarrollistas y neo extractivistas de los gobiernos de la región, avanza la destrucción de la naturaleza y el etnocidio genocida de los pueblos originarios que la habitan.

La encrucijada es más acuciante que nunca: o se detiene la penetración capitalista o desaparecerán los pueblos indígenas y los bosques. O se detiene la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Sudamericana que alientan de manera decidida el estado brasileño y los demás gobiernos de la región, los bancos multilaterales y las trasnacionales, o la selva y los indios serán imágenes y recuerdos del museo del horror de la violenta conquista de la última frontera interna continental para abrirla al saqueo de sus recursos naturales, el cambio irreversible de su ecosistema y la extinción física de sus culturas.

Brasil se ha convertido en una de las diez mayores economías del mundo y la suya representa más de la mitad de la actividad económica sudamericana. El PIB brasileño corresponde al 55 % del PIB de América del Sur. El nuevo monstruo del capitalismo se ha fijado una meta que coloca a la Amazonía en el centro del escenario mundial, convirtiéndola en el más importante espacio geoestratégico de este aún flamante siglo XXI: abrir la Amazonía a la explotación masiva de sus recursos naturales, completando su dominio territorial y su inexorable marcha hacia el oeste.

El prerequisite complementario para su cumplimiento era romper el escollo geográfico que las grandes selvas y los grandes ríos representaron históricamente como freno a la penetración del transporte, las máquinas, los mercados y las grandes corporaciones. De allí que la apertura del territorio amazónico y su vinculación física con los puertos de exportación de los dos océanos más importantes de la Tierra, el Atlántico y el Pacífico, y a través de ellos con el resto del mundo globalizado, es el objetivo principal de la llamada Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Sudamericana, más conocida por su sigla IIRSA, que se puso en marcha en agosto del año 2000 en Brasilia. Tan sólo diez años y algunos meses después, la IIRSA está a punto de lograrlo.





**Enero de 2010: sólo estaban contruidos los dos pilares**



**Septiembre (construidas las torres y los accesos)**



**Octubre (Ing. Julio Pareja, FENAMAD) Se empezó a montar la estructura colgante**



**Noviembre, La estructura colgante empieza a ser realidad.**

Cuando se terminen las obras de construcción del puente Billinghurst sobre el río Madre de Dios, que unirá la ciudad de Puerto Maldonado con el caserío de El Triunfo, ambos en el Departamento de Madre de Dios, en el extremo sudoriental de la República del Perú, y con ello se culmine la construcción del llamado Corredor Vial Interoceánico Sur Perú-Brasil, la historia sudamericana cambiará para siempre.

Ante todo, se habrá logrado cumplir el anhelo imperial de dos siglos de unir los dos océanos por el corazón del continente que sigue siendo el que atesora los más vastos recursos de agua, energía, biodiversidad y tierras del planeta (1). Luego, se concretará lo acordado en secreto cuarenta años atrás entre el entonces presidente norteamericano Richard Nixon y el entonces dictador militar brasileño Emilio Garrastazú Médici, de construir una carretera interoceánica (2). Finalmente, el más vasto plan de recolonización capitalista de Sudamérica, de asalto a sus recursos naturales al servicio de las transnacionales y el empresariado podrá exhibir una anhelada y primera gran victoria sobre la geografía, la naturaleza y los pueblos, inaugurando por primera vez en la historia una carretera de más de 5000 kilómetros con puentes que aguantan hasta 60 toneladas de peso y que permitirán el flujo permanente de inversiones y mercancías de un océano a otro, y la consecuente apertura irreversible del espacio amazónico al mercado mundial.

La inauguración del puente Billinghurst y de la bioceánica está prevista entre enero y abril de 2011, antes de que se lleven a cabo las elecciones presidenciales en Perú, pautadas para el 10 de abril y donde Alan García, el gran impulsor de las obras del IIRSA en su país, se despidе de su segunda gestión. Seguramente al acto de inauguración concurrirán la recién electa presidenta del Brasil, Dilma Rousseff, y el actual presidente de Bolivia, Evo Morales, que acaba de firmar con García una acta para la construcción de un tramo carretero de 80 kilómetros que vincule de manera directa a Bolivia con la interoceánica, que por cientos de kilómetros corre casi paralela a la frontera boliviana. El tramo Nareuda-Extrema-San Lorenzo, acordado por los presidentes, es también parte de los planes del IIRSA (3).

¿Qué pasará después que se inaugure el puente colgante más largo del Perú, de 722 metros de

longitud? Es importante tratar de poner esta obra en contexto histórico para entender la magnitud de los trágicos impactos que acarreará.

Hasta ahora, la navegación de los ríos era la forma más efectiva de penetración a la selva. Cuando se produjo el fenómeno del auge de la extracción del caucho entre los años 1870 y 1914, la primera incorporación forzosa de la Amazonía continental al mercado mundial, los ríos se convirtieron en la vía de ingreso de miles y miles de personas ajenas a la selva que ocasionaron un genocidio entre los pueblos indígenas que hasta hoy sigue siendo ocultado y silenciado.

Las actuales fronteras entre Brasil, Perú y Bolivia en los territorios atravesados ahora por la interoceánica y su zona de influencia nacen de esta invasión violenta que esclavizó a pueblos enteros para obligarlos a trabajar en la recolección del caucho y que condujo a la desaparición física de muchos de ellos. Algunos se refugiaron monte adentro, en las cabeceras de los ríos donde estos ya no eran navegables, y así pudieron evitar el exterminio. Son los que actualmente conocemos como “pueblos indígenas aislados o pueblos indígenas aislados voluntariamente”.

Un siglo después de esta hecatombe étnica, muchos de esos pueblos que eligieron la libertad al aniquilamiento, fueron forzados a través de misiones religiosas, a salir de su aislamiento y se encuentran en la situación llamada de “contacto inicial” con la sociedad nacional hegemónica de sus países, situación de extrema vulnerabilidad para la supervivencia de su modo de vida y de su cultura, amenazados por la lenta desaparición de la misma, tragedia que se conoce como etnocidio.

La apertura de la interoceánica y la inauguración del puente Billinghamst dejaron en el pasado la historia fluvial de la Amazonía: los ríos ya no serán la única manera de penetrar el territorio y menos un escollo para esa penetración. El primer puente sobre un río mayor de la Amazonía Sur es el símbolo perfecto de esa globalización vigente, y de la escala planetaria de las relaciones económicas, políticas y sociales que ha impuesto en el mundo.

Hoy, una interconexión como la que provocará el puente, por más lejanas o abandonadas desde el punto de vista nacional que parezcan las regiones donde éste influirá, es posible para ese nuevo orden mundial, basado en el desarrollo de fuerzas productivas a escala global y donde, por eso mismo, las agresiones y las amenazas se han vuelto planetarias. El puente, insistimos, es el símbolo perfecto de la IIRSA que es el otro nombre de la globalización en Sudamérica.

Cuando esté disponible para su uso, se calcula que un promedio de 1500 camiones de alto tonelaje pasaran por allí por día. Esto no será sino el impacto más visible que tendrá la interconexión bioceánica en la Amazonía. Detrás de los camiones, vendrán más madereros ilegales, más mineros desesperados por el oro, más colonización desordenada, más narcotraficantes y lo que es peor: vendrán las empresas nacionales y transnacionales mineras, petroleras y agroexportadoras de la mano de los gobiernos para explotar hasta el último rincón de la selva, ahora abierta ya no por los ríos, sino por los caminos de la IIRSA, como lo prueba este primer corredor interoceánico.

De allí que su inauguración no hará otra cosa que acelerar los procesos de genocidio y etnocidio históricos contra los pueblos indígenas, provocando la desaparición definitiva de los últimos pueblos indígenas aislados de la selva amazónica al ser invadidas sus tierras como consecuencia de la nueva dinámica de agresión que traerá aparejada la carretera; a la vez, las comunidades indígenas y nativas ya establecidas, también sufrirán el mismo despojo: se radicalizará la invasión de sus territorios y ellos se verán forzados o a emigrar a las ciudades para protegerse o resistir esta ofensiva terrorífica.

La situación actual de las comunidades indígenas se caracteriza por los conflictos permanentes por la defensa de sus territorios, ¿qué pasará cuando las empresas ya no tengan barreras para poder ingresar a donde lo deseen, allí donde haya un recurso natural a ser explotado? Como decíamos al principio, si no se detiene la penetración capitalista, los pueblos indígenas desaparecerán, desaparecerán sus comunidades, sus modos de vida, sus costumbres, sus tradiciones, y una vez desaparecidos los pueblos que defendían la selva —porque era esencial para su supervivencia y su cultura—, desaparecerá también la selva misma, quemada, deforestada y arrasada para la ocupación

definitiva de su espacio para los negocios agrícolas y ganaderos extensivos –como ya sucede en los estados brasileros de Acre y de Rondonia- y la construcción de nuevas ciudades.

Lamentablemente, con el puente Billingham, estamos llegando a un punto de no retorno de la trágica historia sudamericana, especialmente de la Amazonía. La condena a estos planes de penetración y de apertura de las selvas, con el vergonzoso costo humano que esto traerá aparejado, debería ser unánime. Sin embargo, hay que decirlo: por más que el impacto, la agresión y la amenaza sean globales, hoy pocos saben, incluso en la propia América del Sur, lo que está pasando en la Amazonía Sur, y mucho menos lo que puede pasar. Habría que parar el genocidio y el etnocidio, habría que parar la devastación, pero estamos lejos de poder hacerlo. El mundo sensible debería pronunciarse y actuar. Y nosotros, desde acá, movilizarnos. Más que nunca.

Río Abajo, Bolivia, 21/11/10

—

#### **Notas:**

(1) Los Estados Unidos de Norteamérica forzaron a Brasil a declarar en 1866 la libre navegación por el Amazonas. Perú abrió sus ríos dos años después. La libre navegación no sólo propició el comercio, sino la biopiratería, como lo probó Henry Wickham robando 70.000 semillas de caucho en 1876. Con el tiempo, esto hundió a la producción cauchera amazónica.

(2) Ver Roberto Ochoa: Nixon y la Interoceánica. La República, Lima, 21 de agosto de 2009

(3) Ver Declaración de Ilo, firmada el 19 de octubre de 2010, entre Alan García Pérez y Evo Morales Ayma. Allí se expresa “La decisión de iniciar en el curso del primer semestre del año 2011 las gestiones necesarias para el financiamiento y construcción del asfaltado de los 80 kilómetros de la carretera Nareuda – Extrema -San Lorenzo, lo que permitirá vincular a los Departamentos de Pando

y Beni en Bolivia con la Región de Madre de Dios y el puerto de Ilo en el Océano Pacífico, constituyéndose en un nuevo eje de interconexión con la carretera interoceánica del Sur”. Ver: [http://portal.andina.com.pe/EDPEspeciales/especiales/2010/octubre/DECLARACION\\_ILO\\_2010.pdf](http://portal.andina.com.pe/EDPEspeciales/especiales/2010/octubre/DECLARACION_ILO_2010.pdf)

—

\* Pablo Cingolani es historiador, periodista y explorador. Nació en Buenos Aires, Argentina, en 1963. Reside en La Paz, Bolivia, desde 1987.

#### **Otras noticias:**

- [Internacional: CTI lanza boletín de octubre sobre pueblos en aislamiento](#)
- [Ecuador: Publican “Caminantes de la Selva: Los Pueblos en Aislamiento de la Amazonía”](#)
- [Internacional: Cuarenta ONG piden a petroleras retirarse de territorio de pueblos en aislamiento](#)
- [Bolivia: Publican “Entre el etnocidio y la extinción: Pueblos indígenas aislados”](#)
- [Perú: Se inicia Mesa de Diálogo sobre Pueblos en Aislamiento y Contacto Inicial](#)